

RECURSO ESPECIAL Nº 1.697.689 - SC (2017/0227519-3)

RECORRENTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA E
OUTRO(S) - RJ115002
RECORRIDO : ANDRÉ FABRÍCIO DOS SANTOS ZAMBON
ADVOGADO : CRISTIANE BERGER GUERRA RECH E OUTRO(S) -
PR039889
INTERES. : CERAMICA ESTRELA LTDA
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Centrais Elétricas Brasileiras S.A., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OPOSIÇÃO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. CESSÃO DE CRÉDITO. ILEGITIMIDADE DA CEDENTE PARA PLEITEAR EM JUÍZO. ILEGITIMIDADE DA CEDENTE PARA PLEITEAR EM JUÍZO.

1. É possível a cessão de créditos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica em favor da Eletrobrás. Os créditos do contribuinte, por não estarem sob a égide do direito tributário, podem ser cedidos a terceiros, se inexistirem óbices na lei que instituir a exação. Precedente do STJ.

2. Restou comprovado que a empresa oposta Cerâmica Estrela Ltda., procedeu à cessão dos créditos a título de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, de modo que não mais é a titular desses créditos, devendo ser declarada sua ilegitimidade para pleitear em juízo essas diferenças.

Foi atribuído à causa o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Na decisão acima ementada, foi afastada a preliminar de litispendência, sob o argumento de que se trata de objetos distintos nas ações em confronto.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 535, I e II, 283, 396 e art. 543-c e art. 303, I, II, III c/c 162, § 3º, todos do CPC de 1973 vigente à época da decisão; art. 2º do DL n. 4.597/42; art. 15, 110, art. 167, parágrafo único, 168, 170 e 174 do CTN e Súmula n. 188 do STJ; art. 286 da Lei n. 6.404/76; art. 3º da Lei n. 4.357/64; art. 2º da Lei n. 5.073/66; art. 49, parágrafo único, do Decreto n. 68.419/71; art. 57 e art. 2º do DL n. 1.512/76; art. 4º do Decreto n. 81.668/78, Art. 3º e 4º da Lei n. 7.181/83 e art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/95, observado ainda o julgamento realizado por ocasião do Resp n. 1119558/SC (precedente de cessão de créditos), art. 267, IV, do CPC, art. 286 e 290 do CC e art. 20, § 4º, do CPC 1973.

Sustenta, em síntese, inicialmente, ocorrência de omissão acerca dos dispositivos legais apresentados pela recorrente.

No mérito, afirma, em resumo, ser inviável a cessão dos créditos e consectários decorrentes das ações para cobrança de diferença de empréstimo compulsório de energia elétrica.

Também aduz, em suma, a ineficácia das cessões de créditos notificadas após 30/6/2005, data da assembleia que converteu os créditos em ações.

Finalmente, afirma que foi violado o princípio da distribuição do ônus da prova. No ponto, transcreve-se o seguinte excerto, *verbis*:

A Lei Processual afirma não somente que incumbe ao Autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito, mas determina também que a prova documental desse fato deve acompanhar a peça vestibular. É o que se extrai dos artigos 396 e 283 do Código de Processo Civil:

Art. 396 – Compete à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações.

Art. 283 – A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Ora, bastava o Autor trazer as contas de energia, mas, nem isso o referido fez e ainda assim, poderia solicitar previamente a propositura da demanda os extratos da concessionária, também não o fez.

Inverter o ônus nesta situação não atende os princípios do processo (Art. 283 e 396 do CPC) pois se são tão relativos não deveriam ser impositivos.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que a recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca dos dispositivos legais apresentados nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar de que forma houve a alegada violação, pelo Tribunal de origem, dos dispositivos legais indicados pela recorrente. Incidência da Súmula n. 284/STF.

Nesse diapasão, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OFENSA A

DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA RECURSAL ELEITA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICES DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do art. 535, inc. II, do CPC/1973 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

2. O Superior Tribunal de Justiça não tem a missão constitucional de interpretar dispositivos da Lei Maior, cabendo tal dever ao Supremo Tribunal Federal.

3. A ausência de impugnação de fundamento autônomo apto, por si só, para manter o acórdão recorrido, atrai o disposto na Súmula n. 283/STF.

4. A simples legação de violação genérica de preceitos infraconstitucionais, desprovida de fundamentação que demonstre de que maneira eles foram violados pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula n. 284/STF.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 960.685/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 e 515, § 1º, E 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. CRÉDITOS RELATIVOS AO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE A ENERGIA ELÉTRICA. CONVERSÃO EM AÇÕES. ABUSO DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - A jurisprudência desta Corte considera que, quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

III - O recurso especial possui fundamentação vinculada, não constituindo instrumento processual destinado a examinar possível ofensa à norma Constitucional.

IV - Esta Corte firmou posicionamento, em recurso repetitivo, segundo o qual é cabível a conversão dos créditos relativos ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica em ações pelo valor patrimonial, e não pelo de mercado, sendo legítimo o critério de fixação do valor da ação no momento de sua conversão (art. 3º do Decreto-lei n. 1.512/76 e no art. 4º da Lei n. 7.181/83).

V - A possibilidade de a Eletrobrás converter os créditos de empréstimo compulsório em ações tem amparo em expressa autorização legal, sendo, portanto, incabível falar em abuso de direito.

VI - A parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de trechos dos julgados.

VII - Recurso especial conhecido em parte e improvido.

(REsp n. 1.274.167/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 9/11/2016.)

No mérito, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacificado no sentido da possibilidade de cessão de créditos decorrentes da obrigação de devolução do empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de energia elétrica, para terceiros, tendo em vista inexistir impedimento legal expresso à sua transferência.

No mesmo diapasão, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ELETROBRÁS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. CESSÃO DE CRÉDITO. NOTIFICAÇÃO AO DEVEDOR. NECESSIDADE.

I - Na origem trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, em face de decisão singular que extinguiu em parte, por ilegitimidade ativa, a ação ordinária proposta pela cessionária do empréstimo compulsório de energia elétrica.

II - Os créditos decorrentes da obrigação de devolução do empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de energia elétrica podem ser cedidos a terceiros, uma vez que inexistente impedimento legal expresso à sua transferência ou cessão, desde que o pagamento pela cedida (Eletrobrás) se dê mediante conversão em participação acionária ou em dinheiro no vencimento do empréstimo. (REsp 1.119.558/SC, Primeira Seção, julgado em 9/5/2012 sob a sistemática do art. 543-C do CPC, DJe 1/8/2012).

III - No caso dos autos a Corte de origem consignou "a cessionária não se desincumbiu do ônus de notificar formalmente a parte devedora - Eletrobrás. Cabe ressaltar que, diferentemente do alegado pela agravante, a proposição do cumprimento de sentença, por si só, não equívale à notificação formal da devedora. Deveria, no caso, a cessionária dar ciência da cessão à Eletrobrás antes da propositura da cobrança judicial" (fl. 3.098).

IV - A validade da cessão de créditos oriundos da devolução de empréstimo compulsório sobre energia elétrica submete-se não apenas ao preenchimento dos requisitos insertos no art. 104 do CC, como também ao fato de a devolução do empréstimo compulsório não se dar mediante a compensação dos débitos com valores resultantes do consumo de energia, ficando sua eficácia sujeita à notificação do cedido (art. 286 do CC). Nesse sentido: EDcl no REsp 1119558/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/2013, DJe 07/05/2013; REsp 988.849/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2012, DJe 31/10/2012) V - Estando o acórdão objeto do recurso especial em consonância com a jurisprudência desta Corte, incide o enunciado n. 83 da Súmula do STJ, aplicável à interposição pelas duas alíneas do permissivo constitucional, segundo o qual: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no

mesmo sentido da decisão recorrida".

VI - Agravo interno provido.

(AgInt no AREsp n. 1.125.139/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 21/8/2018, DJe 27/8/2018.)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CESSÃO DE CRÉDITO DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. ENERGIA ELÉTRICA. EXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, NÃO PROVIDO.

1. Verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do STJ de que a ausência de notificação do devedor acerca da cessão do crédito (art. 290 do CC/2002) não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos.

2. Ademais, o decisum guerreado partiu de exame dos pressupostos fáticos ali fixados e do contrato de cessão efetuado para concluir que "consoante o art. 1.066 do Código Civil, nas cessões de crédito, todos os acessórios estão abrangidos, salvo na hipótese de ocorrer disposição em contrário, o que não ocorreu na hipótese" (fl. 489, e-STJ). A revisão deste entendimento esbarra nos óbices das Súmula 5 e 7 do STJ.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp n. 1.684.453/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 3/10/2017, DJe 16/10/2017.)

Quanto à distribuição do ônus da prova, observe-se que tal matéria não foi abordada no acórdão recorrido, incidindo o óbice contido na Súmula n. 282/STJ, o que inviabiliza a referida parcela recursal.

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator